

ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRÁTICAS DE ESTÁGIO E DESAFIOS NA ATUAÇÃO

SOCIAL ASSISTANCE: INTERNSHIP PRACTICES AND CHALLENGES IN PRACTICE

¹MORAES, A.C.M.S.; ¹VASCONCELOS, J.M.; ¹ZAVA, T.; ²PROVIDELLO, G.G.D.

^{1e2}Departamento do Curso de Psicologia - Centro Universitário
das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO

RESUMO

O objetivo central deste estudo foi delinear uma reflexão teórico-crítica a respeito das políticas públicas de Assistência Social, da implicação das práticas dos profissionais que atuam nesta área e da demanda de indivíduos que são assistidos por esta rede. Pretendeu-se discutir sobre as estratégias de exclusão que acontecem de forma tênue dentro dos serviços especializados no acolhimento dessa população que outrora se encontra às margens da sociedade. A realização desta pesquisa se constituiu através de estudos bibliográficos, elaborados por meio de livros, periódicos, artigos científicos e capítulos de livros que abordam a discussão acerca da subjetivação dos sujeitos marginalizados em relação aos serviços socioassistenciais, bem como, as experiências e observações das autoras no dia-a-dia das instituições. A análise dos dados foi realizada por meio do referencial teórico da Psicologia Social. Quanto ao tema apresentado verificou-se que as políticas públicas muitas vezes, centram suas ações de maneira generalizada, desconsiderando as peculiaridades individuais e sociais. Os profissionais precisam ter um olhar crítico e estarem abertos às possibilidades de intervenções, muitas vezes inovadoras, para que sejam evidenciados os detalhes que envolvem os aspectos micropolíticos, proporcionando novas maneiras de se prestar assistência necessária aos indivíduos e suas famílias.

Palavras-chave: Assistência Social. Políticas Públicas. Subjetivação.

ABSTRACT

The main objective of this study was to delineate a theoretical and critical reflection about the public policies of Social Assistance, the implication of the practices of professionals who work in this area and the demand of individuals who are assisted by this network. It was intended to discuss about the strategies of exclusion that happen tenuously within the specialized services in welcoming this population that was once on the margins of society. The accomplishment of this research was constituted through bibliographical studies, elaborated through books, periodicals, scientific articles and book chapters that approach the discussion about the subjectivation of the marginalized subjects in relation to the social assistance services, as well as the experiences and observations of the authors. in the daily life of the institutions. Data analysis was performed using the theoretical framework of Social Psychology. Regarding the theme presented, it was found that public policies often focus their actions in a generalized manner, disregarding individual and social peculiarities. Professionals need to have a critical eye and be open to the often innovative possibilities of interventions so that the details involving the micropolitical aspects are highlighted, providing new ways to provide the necessary assistance to individuals and their families.

Keywords: Social Assistance. Public policy. Subjectivation

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade em que grande parte dos sujeitos são marginalizados e excluídos. Para lidar com isso, surgem as políticas de assistência social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no qual a Lei Orgânica da Assistência (LOAS) estabelece em seu Art 1º “A assistência social,

direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais” propondo-se a ofertar proteção social e suprir as necessidades básicas das populações vulneráveis. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (2005, p.15):

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria apontar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social.

Essa importante mudança refere-se não apenas à realidade desses sujeitos, mas, à percepção da assistência social como política pública e desconstrução de paradigmas no que se referem às práticas de caridade e assistencialismo. Dentre as diversas práticas e profissionais atuantes nos serviços de assistência social que são atravessados por aspectos como estes, estão os profissionais da Psicologia, que além de intensificar as políticas públicas e potencializar os usuários como sujeitos de direitos, devem estar atrelados a uma atuação ética e política. Desta forma, o CREPOP nos ratifica:

Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos. Nesse sentido, a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social – preocupadas em promover a emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros –, contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania. Dessa maneira, as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Tais processos e recursos devem ser compreendidos de forma indissociada aos aspectos histórico-culturais da sociedade em que se verificam, posto que se constituem mutuamente (CREPOP, 2007, p.17).

Vale ressaltar ainda dois dos princípios fundamentais dispostos no Código de Ética do Psicólogo, nos quais estabelecem que “o psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”, bem como “baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005, p.7).

Considerando o que foi exposto, o presente trabalho tem por objetivo proporcionar uma reflexão acerca das práticas, paradigmas e estratégias de exclusão produzidas sutilmente nos serviços socioassistenciais e ofertadas para diferentes singularidades, enfatizando as experiências práticas nos diferentes níveis de complexidade de atendimento assistencial, tanto a proteção social básica como a proteção social especializada de média e alta complexidade.

METODOLOGIA

A realização desta pesquisa se constituiu através de estudos bibliográficos, elaborados por meio de livros, periódicos, artigos científicos e capítulos de livros que abordam a discussão acerca da subjetivação dos sujeitos marginalizados em sua relação com os serviços socioassistenciais, bem como, as experiências e observações das autoras no dia-a-dia das instituições. Os documentos utilizados foram pesquisados tendo como palavras chave: assistência social e subjetividades marginalizadas, nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciElo), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePsic) e Google Acadêmico. A análise dos dados foi realizada por meio do referencial teórico da Psicologia Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência prática permitiu o contato com paradigmas que estão por trás de determinados funcionamentos, documentos e discursos que são implementados na prática institucional. Segundo os autores Benelli e Costa-Rosa (2012) são esses paradigmas que determinam a forma como o serviço se relaciona com a população e como essa o percebe. O modo capitalista de funcionamento da nossa sociedade cria paradigmas que naturalizam as desigualdades sociais, e responsabilizam o sujeito pela própria miséria, considerando os problemas em seu aspecto individual e não como uma realidade social que acomete grande parte da população.

Segundo Coimbra (2000), os direitos humanos, estão atrelados a máquina de produção de capital, possuem endereço e características bem específicas, sendo direcionados, reservados e garantidos apenas as classes nobres e dominantes. A autora cita Deleuze, que nos afirma que os direitos humanos têm ao menos um sentido para a população que sobrevive na miséria, que é viver na ilusão de que a elite se preocupa com seu bem-estar. A vista disso, pressupõe-se que os direitos

são assegurados somente àqueles que podem – e possuem o poder que o capital lhes certifica - de certa forma, comprá-los.

Dentro dessa perspectiva, muitas vezes percebemos em nossas práticas de estágio o serviço sendo ofertado como caridade, como forma de fazer “bem ao próximo”, até mesmo por meio de um viés religioso, sem que haja uma crítica social, sem que se possa pensar em estratégias para que essas formas de subjetivação possam ocorrer, ao invés disso os profissionais são levados a atuações embasadas em solidariedade, como forma de manter o indivíduo em uma relação de assujeitamento. Percebe-se na prática que a visão da população sobre o serviço muitas vezes é essa, o procuram para conseguir objetos materiais, entendendo o serviço sempre através de um viés assistencialista.

Conforme a análise que desenvolvemos no núcleo de estágio e as análises de Coimbra (2000) A sociedade de controle – ou em termos Foucaultianos: O Biopoder e a Biopolítica - e as novas formas de capitalizar coisas, pessoas, corpos, e vidas – e o Neoliberalismo - fazem com que a culpa e a responsabilidade por chegar a uma situação de vida extrema recaia sobre os corpos dessas pessoas. Ninguém questiona o sistema responsável por tantas pessoas se encontrarem em situação de miséria; o pensamento alienado, que trabalha na lógica meritocrática reforça e reafirma esses discursos que desqualificam, marginalizam, e os fazem considerar-se indignos dessa sociedade, e sobretudo culpados pela sua condição.

A lógica capitalista produz incessantemente miséria em massa, no entanto, não é colocada em questão, não lutamos contra ela, mas sim contra os resultados efetivos que ela fabrica, ponderamos os efeitos como um a priori histórico, cultural, político e social – como se os efeitos surgissem primeiro, não questiona-se a fonte (OLIVEIRA; HECKERT, 2013).

Segundo Agamben, citado por Pelbart (2013), o Biopoder contemporâneo reduz a vida a sobrevida, e produz sobreviventes; a sobrevida é a vida humana reduzida ao insignificante, a vida sem forma, sem potência; corpos em que fora subtraído tudo que lhes restavam, fora corroído toda força e energia de agir e pensar, restando apenas corpos esgotados.

Foucault (1987) ressalta que o poder não está centralizado, pois permeia todas as nossas relações, se faz presente de forma sutil e atravessa os processos de subjetivação. Essas relações de poder se intensificam nas instituições, através do saber-poder exercido por meio dos especialistas. O poder por meio das práticas

disciplinadoras se torna produtivo, as instituições são resultados da sofisticação das tecnologias de saber, além de utilizar as políticas de controle, como forma de controlar a população através dos processos da vida. Nota-se esse aspecto no funcionamento da Assistência Social, em que se impõe aos sujeitos as regras sociais, utilizam-se as políticas de controle para agir sobre sujeitos que se desviam das outras formas de poder, de qualquer maneira essas pessoas devem ficar sujeitadas do Estado.

De acordo com Oliveira e Heckert (2013) as práticas assistencialistas objetivam, de certa forma, fortalecer as lógicas de controle dos corpos e reparação dos desvios, pois este trabalho é atravessado por métodos estratégicos que trazem ganhos para o estado, uma vez que as desigualdades sociais são necessárias para o ciclo e alimentação desse sistema.

Para dar sustentação à esta colocação, os autores citam Foucault: “É preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não, que haja salários altos e salários baixos e que os preços subam e desçam para que as regulações se façam”(FOUCAULT apud OLIVEIRA; HECKERT, 2013, p.155). Neste sentido, é necessário que haja uma segregação social, é preciso que haja miséria, é preciso que pessoas vivam em situações extremamente precárias de vida para que outras possam desfrutar de seus privilégios, é preciso que algumas pessoas morram para que outras possam viver bem (OLIVEIRA; HECKERT, 2013).

Segundo os autores já citados acima, os trabalhadores da rede de Assistência Social, interferem de forma bastante direta nos processos de subjetivação das pessoas que fazem uso desses serviços. Há duas maneiras pelas quais esse movimento há de acontecer: poderão estes ser capturados pela instituição e reforçar o modelo institucional - o qual não permite saídas para os processos de singularização- ou então, irão trabalhar para o fortalecimento dos processos de singularização, dentro de suas possibilidades. Estes processos, como compreende Guattari, podem nos servir como uma espécie de desvio, linhas de fuga, como tentativa de não deixar que a existência e as subjetividades se reduzam e sejam capturadas pelos dispositivos de controle e pela supremacia capitalista. Estejamos certos de uma coisa: neste espaço não há neutralidade.

O funcionamento em uma sociedade disciplinar e controladora, que faz viver e deixa morrer, pressupõe para sua regulação que parte da população esteja na miséria, se tornam modos de vida instituída, o responsabiliza pelo próprio fracasso,

fragmenta a população. O neoliberalismo se alimenta da miséria e os serviços sociais aparecem para gerir e mantê-la, os profissionais atuam de forma a possibilitar o mínimo para sobreviver na miséria.

Pelbart (2013, p. 26) de acordo com as concepções de Agamben pontua:

O biopoder contemporâneo, [...] já não se incube de fazer viver, nem de fazer morrer, mas de fazer sobreviver. Ele cria sobreviventes. E produz sobrevida. Como diz o autor: “Pois não é mais a vida, não é mais a morte, é a produção de uma sobrevida modulável e virtualmente infinita que constitui a prestação decisiva do biopoder de nosso tempo. Trata-se, no homem, de separar a cada vez a vida orgânica da vida animal, o não humano do humano, o muçulmano da testemunha, a vida vegetativa, prolongada pelas técnicas de reanimação [...].

São esses modos de vida que criam o que Agamben chama de “muçulmanos”, em uma comparação com o termo utilizado nos campos de concentração nazistas: pessoas que têm suas vidas esvaziadas, já entregaram os pontos, apenas sobrevivem diante das condições em que são submetidos. Pelbart (2013) apresenta a origem do termo para referir-se aos judeus prisioneiros que passavam e ser chamados de muçulmanos, pois entregavam suas vidas ao destino, como é ilustrado no trecho “Encurvado sobre si mesmo, esse ser bestificado e sem vontade tinha o olhar opaco, expressão indiferente, a pele cinza pálida, fina e dura como papel. Começando a descascar, a respiração lenta, a fala muito baixa, feita a um grande custo” (PELBART, 2013, p. 25). Essa muitas vezes é a realidade em que encontramos os usuários do serviço, pode-se perceber que vários deles já não buscam estratégias, não conseguem ter expectativas, pois aceitaram o destino que lhe foi direcionado.

O acompanhamento oferecido por profissionais através de seus saberes, apesar de ser apresentado pelo serviço como uma forma de cuidado, é uma tentativa de impor as regras sociais a esses indivíduos e evitar que se tornem desvios, ou seja, que se tornem criminosos. A preocupação do Estado não é com o sujeito, mas em impor seu poder sobre ele para que não se torne uma ameaça para sociedade.

Coimbra e Nascimento (2005) apontam que essas concepções surgem quando o higienismo chega ao Brasil, momento em que se distinguem os pobres viciosos dos pobres dignos, ou seja, os “pobres dignos” eram aqueles que trabalhavam, possuíam uma família e religião tinham seus valores morais

fortalecidos por estarem em meio à vulnerabilidade de doenças e vícios, enquanto os “pobres viciosos” não trabalhavam, representavam um perigo social que deveria ser erradicado. Para isso eram utilizadas medidas coercitivas, por se tratar de um criminoso em potencial. A periculosidade estava relacionada não só aos pobres viciosos, mas aos dignos também, pois esses ainda possuíam sua natureza pobre, como no trecho a seguir:

A partir desse mapeamento dos pobres, surge uma grande preocupação com a infância e a juventude que, num futuro próximo, poderão compor as “classes perigosas”: as crianças e os jovens “em perigo”, aqueles que deverão ter suas virtualidades sob controle permanente (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 5).

O termo território-vivo apresentado por Milton Santos refere-se ao espaço que “considera as relações sociais e dinâmicas do poder que configuram os territórios como lugares que tomam também uma conotação subjetiva” (Brasil, 2013, p.34) Desse modo, percebe-se que os territórios, onde são localizados os serviços de assistência social e onde geralmente são feitas as visitas domiciliares são os bairros pobres e são consideradas áreas de vulnerabilidade e risco, sobre isso Oliveira e Heckert (2013, p.149) ressaltam:

As pessoas ou as famílias que vivem em situações de precariedade financeira, educacional, habitacional, etc. são elegíveis para participar de programas sócio-assistenciais. Programas que, não raro, têm o cunho de prevenir situações de risco e vulnerabilidade social. A questão do risco produz muitos sentidos para as vidas dessas pessoas. É o risco de não manter a vida? É o risco de tornar-se uma ameaça para a sociedade? É o risco de tornar-se desfilado ou, para usar um termo mais comum à assistência social, excluído? Risco de quê? Pra quem?

Num país onde diferentes dispositivos sociais produzem subjetividades e o “emprego fixo” e uma “família organizada” tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e direito à vida, ao fugir a esses territórios modelares entra-se para a enorme legião dos “perigosos”, daqueles que são olhados com desconfiança e, no mínimo, evitados, afastados, enclausurados e mesmo exterminados (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

A localização dos serviços nesta área, visa à proteção social, o que implica acompanhar as famílias que vivem nessas condições, de certa forma, atuam para que esses sujeitos não se desviem ou quando já desviados retornem ao esperado,

atuam sobre o risco que possa estar localizado no âmbito familiar ou fora dele. A ideia de risco está mais associada à noção de periculosidade, que está diretamente ligada ao estereótipo de que o pobre é sempre perigoso e criminoso em potencial, assim como Oliveira e Heckert (2013, p.149) destacam:

Entendemos que a noção de risco vem sendo associada à de periculosidade, a qual representa uma ameaça virtual constante. De forma que muitos fatores tais como a miséria, a precariedade do vínculo familiar e a suposta família desestruturada, tornam-se justificativas para as ações que visariam prevenir possíveis infrações e periculosidades.

Sendo assim, vimos na análise das práticas de estágio que esses são aspectos que não são colocados explicitamente pelo Estado ao implantar as políticas de Assistência Social, que apresenta-se como forma de proteção de direitos, mas em sua sutileza o que se exerce na maioria das vezes são formas de docilizar esses sujeitos, mantê-los dentro da norma, além de serem estratégias de exclusão, para mantê-los excluídos da sociedade para que assim haja a manutenção do modo capitalista.

Considerando a discussão, identificamos que é muito fácil perder-se e cair no discurso assistencialista e meritocrático que naturaliza a miséria e reproduz modelos hegemônicos, é muito fácil ser engolido pela lógica institucional que é sustentada há décadas pelos dispositivos de poder que estabelecem o que temos que fazer, como devemos pensar, nos tornando seres submissos e incapazes de questionar, portanto é mais que necessário refletirmos sobre a nossa prática e sobre o lugar e os espaços que estamos ocupando.

CONCLUSÃO

Percebemos que as políticas públicas, muitas vezes, centram suas ações de maneira generalizada, desconsiderando as peculiaridades individuais e sociais. Os profissionais precisam ter um olhar crítico e estarem abertos às possibilidades de intervenções, muitas vezes inovadoras, para que sejam evidenciados os detalhes que envolvem os aspectos micropolíticos, proporcionando novas maneiras de se prestar assistência necessária aos indivíduos e suas famílias.

Nós enquanto profissionais desta área precisamos o tempo todo rever e pensar sobre as nossas posturas, ações e intervenções as quais realizamos

diariamente. Será necessário, como já nos sugeriu Lourau, analisar nossas implicações, ou seja, colocar a vista a posição em que estamos ocupando, o discurso que estamos emitindo enquanto profissionais – mas, também em outros âmbitos da vida - que trazem consigo uma condição de saber-poder que conseqüentemente produzirá verdades que serão visibilizadas como inquestionáveis.

Os autores, Oliveira e Heckert (2013), nos provocam e nos sugerem uma reflexão com o intuito de fazer-nos repensar o que estamos produzindo e reproduzindo no âmbito da assistência social, entender as artes que governam, engendram, criam e recriam estes espaços, e questionar a nossa postura e implicação sobre o que temos feito de nós mesmos no que se refere ao cuidado e ao olhar que direcionamos ao outro. Que tipos de processos de subjetivação estamos reforçando? Que tipo de verdade estamos afirmando? Será que é possível perceber e questionar o lugar de poder que estamos ocupando e reafirmando?

Este campo de atuação exige profissionais responsáveis e qualificados para dar conta da multiplicidade, complexidade e amplitude de acontecimentos que irão surgir. Se o psicólogo – em qualquer âmbito que se esteja – não fizer este movimento de olhar para si mesmo e repensar-se, poderá facilmente perder a sua função.

A análise de implicações dá luz para a análise também do campo afetivo do pesquisador, seus sentimentos, emoções, percepções, contratransferências, até então desconsiderados e que poderiam ser resultantes de uma prática mal sucedida, neste sentido a análise de implicações serve como dispositivo para problematizar as práticas de qualquer profissional (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008).

Sobre a atuação do psicólogo Coimbra (2000, p. 46) ressalta:

Se entendermos a Psicologia, assim como a Política, não em cima desses modelos hegemônicos, mas como produções históricas, como territórios não separados, mas que se complementam e se atravessam constantemente, poderemos encarar nossas práticas não como neutras, mas como implicadas no e com o mundo.

Sendo assim, devemos nos implicar como profissionais e como pessoas, enxergar o outro como sujeito de multiplicidades, e permitir-se afetar e assim criar novas brechas e estratégias que possam contribuir com esses modos de subjetivação.

REFERÊNCIAS

- BENELLI, S. J; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, São Paulo, v.23, n.4, p. 609-660, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53521/57489>>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Sanciona a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 05 out. 2019.
- BRASIL. **Caderno de Atenção Básica**, n.34. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.
- COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder**. In GEISLER, A. R. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Orgs.). Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde. Niterói, RJ: EdUFF, pp. 143-153, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/analise.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- COIMBRA, C. M. B. Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**. v.1, n.1, p.139-148 maio. 2000. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Cecilia.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Revista de Estudos sobre Juventude**, v.22, p. 338-355, 2005. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto23.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- CFP. **Referências técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2007.
- CFP. **Resolução nº 010/2005**. Código de Ética Profissional do Psicólogo, XIII Plenário. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, C. M. C.; HECKERT, A. L. C. Os centros de referência de assistência social e como artes de governar. Fractal: **Revista de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 145-160, abr. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 maio 2019.

PELBART, P. P. **O avesso do niilismo**: cartografias do esgotamento. Tradução John Laudenberger, São Paulo: N-1 Edições, 2013.

PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília: Diário Oficial da União – DOU, 2004.